



Prefeitura de Amapá do Maranhão
Plano Plurianual - PPA 2018-2021

Lei Nº 190/2018

PLANO PLURIANUAL 2018-2021 EXERCÍCIO 2018-2021

LEI Nº 190/2018

Dispõe sobre o Plano Plurianual para o quadriênio 2018/2021, e dá outras providências.

A Prefeita Municipal de Amapá do Maranhão, Estado do Maranhão, faço saber a todos que a Câmara Municipal de Amapá do Maranhão APROVOU e eu SANCIONO a seguinte Lei:

Art. 1º - Esta lei institui o Plano Plurianual para o quadriênio 2018/2021, em cumprimento ao disposto no art.165, parágrafo 1º, da Constituição Federal, estabelecendo, para o período, os programas com seus respectivos objetivos e montantes de recursos a serem aplicados em despesas de capital e outras delas decorrentes e nas despesas de duração continuada combinado com o disposto na Lei Complementar nº 11, de 10 de setembro de 1991 e observância na Lei Orgânica do Município, na forma do ANEXO.

Art. 2º Os valores previstos nesta Lei estão orçados a preços de junho de 2017.

Art. 3º A exclusão ou alteração de programas constantes desta lei, bem como a inclusão de novos programas serão propostas pelo poder Executivo, através de Projeto de Lei de Revisão do Plano até 30 de setembro de cada ano, a partir de 2018 para o ano seguinte, ou através de Projeto de Lei específico.

Art.4º - A inclusão, exclusão ou alterações de ações orçamentárias no Plano Plurianual poderão ocorrer por intermédio da lei orçamentária anual ou de seus créditos adicionais, apropriando-se ao respectivo programa, as modificações consequentes.

Art. 5º - Fica o Poder Executivo autorizado a adequar as demais peças de planejamento (LDO e LOA), ao que dispõe o Planejamento estratégico do município resultante do Plano Plurianual – PPA, para os exercícios acima descritos.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE AMAPÁ DO MARANHÃO, aos 28 dias do mês de dezembro de 2018.


TATIANE MAIA DE OLIVEIRA
Prefeita Municipal

SUMÁRIO

1 – INTRODUÇÃO

2 – A BASE ESTRATÉGICA

3– CONTEXTO MACROECONÔMICO

4- PREVISÃO DE RECEITA E DESPESA

5 – ANEXO DO PPA:

1 - INTRODUÇÃO

O PLANO PLURIANUAL - PPA 2018/2021, que se apresenta, é uma exigência da Constituição Federal de 1988, que institui o PPA como principal instrumento de planejamento governamental de médio prazo, para os governos federal, estaduais e municipais, conforme consta do art. 165 da Constituição Federal. A elaboração dos Planos Plurianuais é, portanto, uma obrigação constitucional a qual os entes federativos - União, Estados e Municípios - devem cumprir no primeiro ano de governo, com validade até o primeiro ano do governo seguinte, em nome do princípio da continuidade.

O PPA é um conjunto de programas, unidades de gestão, compostos por ações, classificadas como projetos e atividades, executadas, no período de sua vigência, pelos diversos órgãos da administração direta durante o exercício orçamentário. O resultado de um programa é avaliado pela sua efetividade, que relaciona o objetivo com o público alvo, medido pelo indicador estabelecido.

No Plano, estão as políticas e programas e ações governamentais, tanto para as despesas de capital e outras delas decorrentes, assim como as despesas relativas a ações continuadas. Os impactos decorrentes da execução do PPA refletem os resultados alcançados pelos diversos programas em conformidade com natureza do problema ou da demanda que geraram a sua formulação, os impactos, embora defasados, se manifestam no curto, médio e longo prazo.

O PPA, além de ser um instrumento de planejamento e gestão voltado para resultados, permite, também, que a sociedade civil exerça controle social sobre a gestão pública, compartilhando a alocação dos recursos escassos e promovendo a transparência das ações governamentais.

Ao enviar este Plano à Câmara Municipal de Amapá do Maranhão para apreciação e discussão dos vereadores, espera-se seu enriquecimento com a contribuição dos parlamentares. É nosso desejo que o PPA seja um instrumento onde os diversos segmentos da sociedade local se vejam retratados e possam a ele se juntar para torná-lo uma realidade.

2. A BASE ESTRATÉGICA

A base estratégica para a elaboração do PPA 2018/2021, se sustenta nos resultados nos planos existentes sobre o município, na orientação estratégica de governo e nas audiências públicas realizadas com representantes do poder público e a sociedade civil organizada, onde foram discutidos os problemas e as potencialidades, do local consolidado pelo levantamento das aspirações populares, com demandas legítimas da sociedade, resultando em 04 Macro objetivos de Governo, a seguir:

- Elevar o Nível Educacional de Ensino;
- Promover o Desenvolvimento Institucional Sustentável com a Participação Popular;
- Incentivar a Implantação de Novos Negócios Visando a Elevação de Emprego e Renda;
- Inclusão Social.

A Participação Popular no Plano Plurianual aconteceu através da realização da audiência pública realizada na Escola Epitácio Cafeteira – Prédio Elói no dia 18 de julho de 2017, a metodologia utilizada foi à formação de grupos de trabalho e na ocasião os participantes discutiram os diversos temas de interesse do município e agrupados por eixo temático, a saber:

- 1) **Eixo Qualidade de Vida**, neste eixo foi tratado às temáticas de Saúde, Saneamento, Meio Ambiente, Infraestrutura, Transportes, Mobilidade e Habitação;
- 2) **Eixo Desenvolvimento Socioeconômico**, as temáticas abordadas foram: Produção e Abastecimento, Trabalho e Renda, Turismo e Cultura;
- 3) **Eixo Desenvolvimento Humano, Direitos Humanos e Defesa Social** as temáticas abordadas foram: Educação, Assistência Social, Esporte e Lazer, Juventude, Justiça e Cidadania E Segurança

O controle das ações de governo pela sociedade é a forma efetiva de impulsionar as mudanças que o município necessita. A importância da participação popular nas decisões e atividades desenvolvidas pelo governo se constitui em relevante instrumento de interação, o que possibilita o aperfeiçoamento das políticas públicas e constitui para a prática de responsabilidade compartilhada.

Em face disto, tornou-se condição prioritária e um dos objetivos da participação popular social na construção do PPA o debate com a sociedade sobre as prioridades e a consistência estratégica dos investimentos e a seletividade dos programas a serem implementados no período 2018-2021.

3 - CONTEXTO MACROECONÔMICO

A recessão econômica brasileira registrada no biênio 2015-2016, que representou no acumulado 7,4%, impactou negativamente nos resultados fiscais da União, dos Estados e dos Municípios, impondo-lhes o de desafio de equilibrar as receitas e as despesas para o atendimento dos compromissos obrigatórios, incluindo: pagamento das despesas com pessoal; Dívida; Manutenção da Máquina Pública; entre outros, em um contexto de demandas de cunho social, que foram pressionados principalmente pela elevação do desemprego, o qual atingiu 12% da População Economicamente Ativa – PEA.

O cenário desenhado para o Município no período que compreende o plano mostra-se desfavorável em virtude da crise financeira mundial e seus efeitos sobre a economia brasileira e também dos aspectos políticos, outro grande desafio e a elevação do Índice de Desenvolvimento Humano – IDH, o município está entre os 30 municípios com menor IDH, entretanto o Estado está fazendo parcerias com o município visando à elevação do IDH, que envolverá ações de Saúde, Educação e Renda, que são os pilares da Composição do IDH, paralelos as parcerias a serem realizadas, Os Gestores de Amapá do Maranhão terão que fazer o ajuste fiscal e o equilíbrio das contas públicas, aliado com as decisões do Governo Federal para alavancar a economia tais como: a redução da taxa básica de juros e a expansão dos investimentos em obras públicas para os próximos anos, a expectativa é de que esses efeitos sejam negativo e pouco impactante, o município tem potencial da atividade produtiva que é agropecuária e potencial turístico através da vaquejada, festas juninas e religiosas, a busca por parcerias para execução dos programas e ações de governo evitando a dependência de recursos federais e melhorar a arrecadação de recursos próprios . Nesse sentido, está trabalhando para conquistar novos contribuintes para prestar melhores serviços à sociedade.

4 - Previsão da Receita

A previsão de Receitas do Tesouro Municipal para o período 2018/2021, por categoria econômica segue a tendência do cenário macroeconômico possível para a economia brasileira. Espera-se um incremento na receita, tendo em vista, o programa de Administração Tributária, aproveitamento das oportunidades de negócios na Promoção da Cultura e Turismo Ambiental e demais setores a serem mais bem explorados em benefício das finanças do município. A receita apresenta a classificação constante no quadro abaixo:

Quadro I: Demonstrativo da Receita

Discriminação	ORÇAMENTO 2017				PREVISÃO			
	PREVISÃO	ARRECADADO	DIFERENÇA	2018	2019	2020	2021	
I - RECEITAS CORRENTES	23.522.533	8.161.553	15.360.980	24.422.295	24.849.685	25.284.555	25.727.034	
Receita Tributária	366.700	25.627	341.073	491.423	500.023	508.773	517.677	
Receitas Patrimoniais	209.900	298.572	-88.672	213.556	217.293	221.096	224.965	
Transferências Correntes	21.160.909	7.794.020	13.366.889	23.129.529	23.534.296	23.946.146	24.365.203	
Receitas de Serviços	84.600	0	84.600	0	0	0	0	
Outras Receitas Correntes	1.700.424	43.334	1.657.090	587.787	598.073	608.540	619.189	
II - RECEITAS DE CAPITAL	3.424.853	0	3.424.853	4.510.730	4.759.309	5.380.434	6.149.471	
Operações de Crédito	0	0	0	0	0	0	0	
Alienação de Bens	0	0	0	0	0	0	0	
Transferência de Capital	3.424.853	0	3.424.853	4.510.730	4.589.668	4.669.987	4.751.712	
Outras receitas de Capital	0	0	0	0	169.641	710.447	1.397.759	
III - DEDUÇÕES	1.829.960	803.186	1.026.774	1.861.984	1.894.569	1.927.724	1.961.459	
Fundo para formação do FUNDEB	1.829.960	803.186	1.026.774	1.861.984	1.894.569	1.927.724	1.961.459	
RECEITA LÍQUIDA (I+II-III)	25.117.426	7.358.367	17.759.059	27.071.041	27.714.425	28.737.265	29.915.046	

Fonte: Secretaria Municipal de Administração e Finanças.

A previsão total de despesa com os Programas Governamentais (projetos / atividades), que integram o PPA, conforme anexo abaixo, apresenta crescente participação em relação ao total previsto com recursos do Tesouro Municipal. O significado desse crescimento anual é de mudança no comportamento da gestão pública que está priorizando a produção de bens e serviços ofertados diretamente ao cidadão.

4.2 – Previsão da Despesa

A previsão total de despesa com Programas Governamentais (projetos / atividades), que integram o PPA, apresenta crescente participação em relação ao total previsto com recursos do Tesouro Municipal. O significado desse crescimento anual é de mudança no comportamento da gestão pública que está priorizando a produção de bens e serviços ofertados diretamente ao cidadão.

Quadro II – Previsão de Despesas com Recursos de Todas as Fontes, para o período 2018/2021,

Discriminação	Previsão 2018
1.0 – Programas Governamentais	25.476.574
2.0 – Previsão para Operações Especiais	1.096.596
3.0 – Reserva de Contingência	497.871
VALOR DA LOA 2018(1.0+2.0+3.0)	27.071.041
VALOR DO PPA(1.0)	25.476.574



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE AMAPÁ DO MARANHÃO
CNPJ: 01.612.529/0001-29
Av. Tancredo Neves, s/n, Centro
Amapá do Maranhão – CEP 65.293-000

CERTIDÃO

CERTIFICA, a requerimento verbal de parte interessada e para os devidos fins de direito que a CÂMARA MUNICIPAL DE AMAPÁ DO MARANHÃO/MA, aprovou em Sessão Ordinária do dia 21/12/2018 às 09 horas, o Projeto de Lei nº 007/2017, que depois de sancionado por Sua Excelência a Senhora Prefeita Municipal, TATIANE MAIA DE OLIVEIRA, tornou-se a LEI MUNICIPAL Nº 190/2018 – Dispõe sobre o Plano Plurianual para o Quadriênio 2018/2021 e dá outras providências, datada do dia 28 de dezembro de 2018. Eu, GILVANILSON ROCHA MARTINS, Presidente Interino da Câmara Municipal de Amapá do Maranhão/MA, assino a presente. O referido é verdade e dou fé.

Amapá do Maranhão/MA, 22 de fevereiro de 2019.


GILVANILSON ROCHA MARTINS